



Revista  
Symposium

# O PAPEL DA FAMÍLIA NO AJUSTAMENTO SOCIAL E PSICOLÓ- GICO DA CRIANÇA

Albenise de Oliveira Lima<sup>1</sup>

## Resumo:

Este texto toma como objeto de reflexão o papel da família no ajustamento social e psicológico da criança, a partir de uma breve exposição teórica. Os aspectos apresentados referem-se à importância da coesão da família, do ambiente familiar e da função tanto da mãe quanto do pai, nos primeiros anos de vida da criança, momento esse em que se estabelece a construção da sua identidade.

**Palavras-chave:** família, interação familiar, função social.

## Abstract:

Taking a synthetic theoretical approach, this paper reflects on the family role in the social and psychological adjustment of children. The aspects presented deal with the importance of family union, family environment, and the mother/father role in the child's first years, when identity starts to be constructed.

<sup>1</sup> Professora Assistente do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco. Doutorado em Salud y Familia pela Universidad de Deusto, Espanha.

**Key words:** Family, family interaction, social function.

Acompanhando as trajetórias política, econômica e social das civilizações, observa-se que as funções familiares foram transformando-se, levando a uma descentralização do poder (antes patriarcal) e permitindo uma distribuição democrática das forças que compõem as relações familiares. Essas mudanças provocam alterações na ordem familiar tradicional – a autoridade patriarcal e a divisão de papéis familiares –, modificando as relações entre o casal e entre pais e filhos, além de ampliarem as potencialidades da família para construir, continuamente, os seus relacionamentos.

Em 1987, a família nuclear, constituída por marido, esposa e filhos – biológicos ou adotivos – correspondia a 71% dos arranjos domésticos no Brasil; e famílias matrifocais, formadas por uma mulher, seus filhos – resultantes de uma ou mais uniões – e um companheiro, permanente ou ocasional, correspondia a 14,4% (Bilac, 1991). Essa distribuição demonstra que o modelo da família nuclear foi convertido em referencial, porém, de acordo com Romanelli (1995:75), “*o modo como as características desse modelo articulam-se entre si, organizando a vida doméstica, depende da camada social em que se inserem as famílias e do seu repertório cultural*”. Um exemplo que demonstra essa relação é que, enquanto o Brasil rural e das classes menos favorecidas conserva características do pensamento católico de meados do século XIX (com hierarquia familiar bem definida), o Brasil das elites e das grandes cidades convive com o divórcio, com a participação feminina no mercado de trabalho, com a redução de número de filhos (graças às práticas contraceptivas) e convive com o processo de globalização, saindo de um modelo de família fechada para um de família aberta.

No entanto, apesar dessas desigualdades, é importante verificar que “*a família traz em seu bojo um papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância e da adolescência*”. (Camargo e Borelli, 1998: 30). Isso quer dizer que é ainda na instituição familiar que estão concentradas as pos-

sibilidades de constituição das pessoas enquanto sujeitos e cidadãos.

De acordo com essa perspectiva, a instituição-família vem sendo percebida e tratada como um processo de interação entre cada um de seus integrantes com os demais participantes. Dessa forma, *“É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais”*. (FERRARI e KALOUSTIAN, 1994: 12).

A partir desse conceito, pode-se inferir que a visão de si mesmo e dos outros, bem como da sociedade em geral, tem como base o ambiente doméstico. Nesse sentido,

*“O mundo interiorizado na primeira infância é fortemente mantido na consciência, e, no decorrer da vida, novas interrogações ocorrem: é a chamada socialização secundária que facilita a adaptação dos indivíduos a novos papéis”*. (VITALE, 1994:90).

A criança, através do mecanismo de identificação, introjeta os papéis e as atitudes dos demais membros da família e, dessa forma, desenvolve o processo de construção da sua identidade.

Apesar de Ainsworth (1973) enfatizar que a função da mãe é uma base de apoio para a criança e que dessa relação de segurança é que a criança parte para explorar o ambiente, retornando em busca de proteção sempre que se depara com algum perigo, não se pode deixar de reconhecer que a visão de interdependência das funções materna e paterna e de partilha de responsabilidades, principalmente no que concerne à educação dos filhos, são fatores que respondem pela manutenção do grupo familiar como móvel estruturante das pessoas. Em comum acordo, marido e mulher selecionam, organizam e constroem as regras, valores e orientações que serão passados aos filhos. Em relação à evolução dos valores, a união dos pais influenciará, de maneira significativa, o comportamento e escolhas

da criança. No entanto é a mãe que concretiza essa função socializadora, propiciando uma aproximação afetiva estável na relação mãe-filhos.

É na certeza do sentimento de união com a mãe que a criança crescerá de uma maneira saudável. Rupturas imprevisíveis nessa união podem levar a criança a conflitos precoces de identidade e de valores e influenciar sua receptividade a novas relações com outros, além de criar uma predisposição às doenças emocionais. Os estudos e pesquisas, realizados por Bowlby (1984) nessa área, enfatizam as reações da criança diante da separação e perda: sensação de abandono e sentimento de culpa. A sensação de abandono pode levar a um vazio emocional e a um sentimento de solidão. Segundo esse autor, o sentimento de ter sido abandonada pode desencadear a fantasia de um reencontro com a mãe (ou pai) ausente, por morte ou por separação.

Vários estudos sobre o apego contribuíram para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento afetivo e social da criança nos primeiros anos de vida. Entre esses estudos, Schaffer (1971), citado por Ferreira (1983), ressalta a importância fundamental do apego no processo de socialização infantil, afirmando que, quando a criança começa a desenvolver seu sistema de comportamentos de apego a pessoas específicas, seu comportamento social muda radicalmente. Como grande quantidade de emoção é investida nesse relacionamento de apego, a separação torna-se um evento ameaçador. A facilidade ou não de a criança se adaptar ao seu grupo social vai depender desse momento inicial de formação de vínculos que permitirá seu investimento no processo de socialização. Assim, pode-se entender e reforçar a premissa de que é com a família que o sujeito adquire identidade e, dentro dela, é com a mãe que ele vai adquirir a possibilidade de estabelecer vínculos socializantes que contribuirão de modo contundente para sua inserção cultural e social.

Outro ponto relevante e merecedor de reflexão, nessa fase de aprendizagem social da criança, é a questão da violência familiar. Quando o relacionamento entre os pais é instável e hostil, a criança

desenvolve um sentimento de insegurança e, muitas vezes, torna-se, ao mesmo tempo, vítima e protagonista de compensações dos pais. Ajuriaguerra (1980: 788-789) apresenta uma relação entre discórdia parental e distúrbios anti-sociais na criança: “*percebe-se ausência de distúrbio em crianças, no caso de casamento ‘bom’; 22%, nos casos de casamento razoavelmente bom; 39%, nos casos de casamento muito ruim*”. Em trabalho anterior (Lima, 1998), tivemos a oportunidade de analisar a situação de crianças que sofrem violência no seio familiar. Desse estudo, é importante ressaltar a desorientação da criança que sofre o ato violento e as repercussões que esta situação traz para sua construção. Aponta ainda esse estudo a exigüidade de informações relacionadas à criança (geralmente elas são atinentes aos adultos envolvidos), bem como a total inexistência no Brasil de programas de intervenção junto à criança, no sentido de propiciar condições favoráveis à retomada do seu desenvolvimento. O que se observa, em consequência, é que essas crianças tenderão a uma reorganização a partir de si próprias e que a seqüela da violência sofrida, se não devidamente tratada, será um componente marcante nesse processo.

Mesmo diante dessas evidências, a pouca atenção que tem sido dada não tem sido reconhecida, no sentido de propiciar o desenvolvimento de práticas de assistência e prevenção às crianças oriundas de lares violentos. Parece que tanto instituições públicas quanto privadas se “esquecem” de que interações mal adaptadas dentro da unidade familiar trarão conseqüências negativas em uma escala crescente. É esse contexto de hostilidade doméstica que, além de não oferecer o modelo ideal para a identificação da criança, gera sentimentos de raiva e inadequação que podem ser transferidos, mais tarde, para o plano social.

Uma vez que é no seio familiar que a criança constrói seus primeiros vínculos, os fenômenos que aí ocorram vão influenciar, de modo contundente, o seu ajustamento psicológico e social. Convém, portanto, que as instâncias sociais comecem – com certo atraso, diga-se de passagem – a desenvolver programas de intervenção junto aos membros

constitutivos do primeiro grupo social a que a criança pertence, sob pena de, não o fazendo, estarem assumindo a responsabilidade sobre o destino desses cidadãos do futuro.

## BIBLIOGRAFIA

- AINSWORTH, M.D.S. The Development of infant-mother Attachment. **Review of Child Development Research**, v. 3, p. 1-94, 1973.
- AJURIAGUERRA, J. **Manual de Psiquiatria Infantil**. Rio de Janeiro : Masson do Brasil, 1980.
- BILAC, E. D. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo : Vértice, 1991. cap. 70-94 : Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**. São Paulo : Martins Fontes, v. 2. 1984.
- CAMARGO, C. L., BURALLI, K.O **Violência Familiar contra crianças e adolescentes**. Salvador : Ultragraph, 1998. 169p.
- FERRARI, M., KALOUSTIAN, S. M. A Importância da Família. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo : Cortez, 1994. p. 11-15.
- FERREIRA, M.C.R. O Apego e as Reações da Criança à Separação da Mãe. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 48, p. 3-19, fev. 1984.
- LIMA, A de O. **Efectos postraumáticos en la organización psíquica de una niña que ha visto que su padre asesinó a su madre: un estudio de caso**. Bilbao, 1998. 223p. Tese (Doutorado em Saúde e Família). Universidad de Deusto, Espanha, 1998. Mimeo.
- ROMANELLI, G. Autoridade e Poder na Família. In: CARVALHO M.C.B. (org.) **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo : Cortez, 1995. p. 73-88.
- VITALE, M. A. F. Socialização e Família: uma análise Intergeracional. In: CARVALHO, M.C.B. (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo : Cortez, 1995. p. 89-96.